

Vivemos melhor que os nossos avós

Osvaldo Alvarenga, Iêda Alcântara (gráficos) · 09.08.2026

ECONOMIA · POLÍTICA · SOCIEDADE

Olhando em perspectiva, nunca vivemos melhor no planeta. Ainda assim, parece, estamos dispostos a arriscar parte dessas conquistas por uma ideia caduca de pátria e identidade. Não há um qualquer passado glorioso para o qual devamos querer voltar. Esse passado nunca existiu – não para a expressiva maioria de nós.

Desde a Revolução Industrial, sobretudo nos últimos quarenta anos, a humanidade experimenta a sua melhor época. Mesmo que a passos diferentes em regiões e culturas, com avanços e retrocessos, é inegável que temos progredido em vários indicadores de desenvolvimento humano e nas pautas dos direitos civis. A partir de 2007, a escravidão tornou-se oficialmente crime em todo o planeta, ano em que a Mauritânia aprovou legislação nesse sentido. Em 1981, a igualdade de direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos entre homens e mulheres foi reconhecida e formalmente protegida pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW, aprovada na Assembleia Geral da ONU e ratificada por 189 países. Em todas as democracias consolidadas, desde 1988, homens e mulheres, sem distinção de cor, religião ou escolaridade, podem votar. A promulgação da Constituição Cidadã, com a inclusão do direito ao voto dos analfabetos no Brasil, marca a data. Em Portugal, somente em 1976, com o sufrágio universal garantido pela Constituição expressa após Abril, os analfabetos e todas as mulheres tiveram garantido o acesso às urnas. E nem faz tanto tempo assim, foi em 1965, com a Lei dos Direitos de Voto, que, nos Estados Unidos, uma das mais antigas democracias liberais em funcionamento, os analfabetos e todos os negros passaram a poder votar.

Proporção da população mundial com educação formal básica

(proporção de pessoas com 15 anos ou + que receberam algum tipo de educação formal)

World Bank (2024); van Zanden, J. et al.; Wittgenstein Centre (2024)

– with major processing by Our World in Data

A queda do analfabetismo no mundo é um entre vários indicadores que espelham a evolução da humanidade. Analfabetismo e fome são filhos gêmeos da exclusão social e da pobreza. O analfabetismo aprisiona, enquanto a alfabetização abre possibilidades, amplia oportunidades e transforma o mundo.

Busquei os dados no *Our World in Data* (Banco Mundial, 2024; J. van Zanden et al., Centro Wittgenstein,

2024): em dois séculos, saímos de 17% para 87% de alfabetizados no planeta. Por volta de 1820, quase duas em cada dez pessoas com mais de 15 anos sabiam ler e escrever. Com a industrialização já avançada, nos anos 1950, na escalada da era atômica e do *boom* econômico mundial do pós-guerra, o número de analfabetos havia caído para menos da metade da população. Em 1980, às portas de um novo período de prosperidade global, mais de sete em cada dez pessoas estavam alfabetizadas. Hoje, no nosso mundo interligado e interdependente, o quadro é o inverso daquele de há 200 anos: somos quase nove em cada dez com alguma educação formal básica, capacitados a ler e escrever.

Em 1980, às portas de um novo período de prosperidade global, mais de sete em cada dez pessoas estavam alfabetizadas. Hoje, no nosso mundo interligado e interdependente, o quadro é o inverso daquele de há 200 anos: somos quase nove em cada dez com alguma educação formal básica, capacitados a ler e escrever.

Na maior parte da existência humana, vivíamos da cata do que encontrávamos para comer. E vivíamos muito pouco, sob ameaças demais, e não havia economia. Nesse tempo, a opinião de mulheres e homens valia igual. No neolítico, há 10-12 mil anos, de leste para oeste, fomos aprendendo a domesticar animais e a cultivar para sobreviver. Começamos a nos fixar numa própria terra e passamos a ter o que guardar, o que mercadejar e o que proteger. A partir daí, homens e mulheres começaram a dividir o trabalho em tarefas muito específicas. No livro *A Jornada da Humanidade – As Origens da Riqueza e Desigualdade* (2022), o economista Oded Galor¹ dá um exemplo de como foi feita essa divisão: antes de conhecerem o arado, sem distinção marcante de tarefas, homens e mulheres cultivavam a terra juntos. Depois, como para operá-lo era preciso ter força na parte de cima do corpo, o arado coube ao homem. A ela, o trabalho «menos pesado», o cuidado com as coisas da casa e da família. Esse padrão atravessou todas as idades ao longo dos séculos, reservou à mulher menor participação na força de trabalho e a forjou subordinada. Nosso modelo de produtividade manteve-se sem crescimento sustentável, próximo da subsistência, até o final do século XVIII. A Revolução Industrial transformou radicalmente a nossa vida; porém, a opinião de homens e mulheres ainda hoje tem valor diferente. A aproximação é feita em muitas velocidades e cheia de contradições.

A Revolução Industrial transformou radicalmente a nossa vida; porém, a opinião de homens e mulheres ainda hoje tem valor diferente. A aproximação é feita em muitas velocidades e cheia de contradições.

Nos estágios iniciais da industrialização, a força física continuou a render mais emprego e salário para ele. E, embora as jornadas de 16 horas de trabalho doméstico não remunerado fossem comuns para elas, na indústria eram consideradas incompatíveis com a maternidade. Não demorou nada: as pessoas deixaram o campo pelas oportunidades nas cidades e, para pagar casa e comida, toda a família trabalhava. O setor têxtil foi o que mais absorveu mão de obra feminina e infantil.

Entretanto, sem espalhafato, a maior das revoluções: o salto tecnológico que exige mais educação e habilidade do que força física. Então vieram novas ocupações que demandavam treinamento e conhecimento técnico; os pais viram incentivo para educar os filhos – e as filhas. No século XIX, essas trabalhadoras mais educadas produziram os primeiros movimentos feministas. Nas pautas de reivindicações constavam o direito à educação, à autonomia para firmar contratos, ao divórcio, ao sufrágio feminino, ao trabalho profissional remunerado. A partir de 1839, nos Estados Unidos, expandiu-se a autonomia legal para mulheres casadas. Elas ganharam o direito de outorgar contratos e responder pelos próprios bens e herança. Na Primavera dos Povos², rebeliões que varreram a Europa em 1848, elas estiveram nas barricadas, nos clubes políticos, nas manifestações e nas redações ao lado dos socialistas. Em 1870, a Inglaterra copiou a lei americana. Em 1893, as neozelandesas conquistaram o voto nacional. Antes da Primeira Guerra Mundial, quando os impérios governavam amplas gentes, quando as grandes potências dividiam o mundo segundo esferas de influência, quando a inovação tecnológica transformava tudo, quando nas grandes cidades – então cheias de migrantes – não havia casas para morar e um surrado *Manifesto Comunista* continuava a inspirar a união do proletariado para uma grande revolução (que acontecerá), as bases para a emancipação feminina estavam estabelecidas.

Países que são democracias e autocracias, Mundo

Classificação de Lührmann al. (2018) baseada em estimativas da V-Dem.

V-Dem (2025) – processed by Our World in Data

O cenário global que possibilitou a Revolução Industrial era dominado por reinos e vastos impérios: o britânico, o francês, o espanhol, o português, o russo, o otomano, o chinês... Além das metrópoles desses colossos, eram soberanas algumas monarquias e poucas repúblicas: os Estados Unidos, a França, a Suíça, saídas de revoluções recentes, e a longeva San Marino. Somando tudo, não passavam de duas dúzias de países independentes. Mas não eram democracias como conhecemos hoje. O conceito de democracia liberal estava em sua infância, limitado principalmente a discussões teóricas e à experimentação. Eleições, onde havia, estavam restritas. Votavam homens proprietários de terras e, quase sempre, brancos. E, se aos cidadãos das metrópoles restavam alguns direitos e liberdades, nas colônias, aos súditos, submissos aos impérios, cabia a obediência. Para grandes segmentos da população, como norma, a servidão e a total ausência de direitos.

No final do século XVIII, dos cerca de um bilhão de pessoas no planeta, aproximadamente 90% viviam sem direitos civis nem liberdade, sob regimes autoritários.

Análises baseadas nos relatórios da Freedom House, V-Dem (*Varieties of Democracy*) e World Population Review indicam que, no final do século XVIII, dos cerca de um bilhão de pessoas no planeta,

aproximadamente 90% viviam sem direitos civis nem liberdade, sob regimes autoritários. Um século depois, embora os impérios estivessem no seu apogeu, com as primeiras ondas de reformas democráticas e a industrialização em curso – limitadas a alguns países à beira do Atlântico –, dobrou o número de Estados independentes, e algo como 60% da população permanecia submetida a regimes autoritários (a maioria nas colônias).

Passada a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique, a pandemia de gripe espanhola, a Revolução Alemã, o Tratado de Versalhes, os excessos dos anos 20, o *crash* da Bolsa, a inflação e a fome, a desilusão com a República de Weimar³, o ressentimento e a frustração, em 1940, o Ocidente em recessão liberal, Hitler e Mussolini absolutos (mas também Franco, Salazar, Vargas e outros), o mundo à beira do precipício, o colonialismo resistia. Ainda assim, o número de países independentes seguia crescendo – eram então 75. Crescia também a população: 2,3 bilhões. Vacilavam os direitos civis e a liberdade: 60% das pessoas seguiam sob ditaduras.

Quando a descolonização parecia quase, quase completa e o colapso da União Soviética iminente, viviam em democracias plenas aproximadamente 30% dos nascidos; em regimes híbridos, 37%; e em ditaduras, 33%. Irrefutável no final dos anos 80, o mundo caminhava para mais direitos e liberdade – críamos.

A Segunda Guerra Mundial foi vencida por duas doutrinas antagônicas: a liberal e a marxista-leninista. Nascia a Guerra Fria. O conflito marcou também o início do fim dos vastos impérios e, um Século de Humilhação depois⁴, a China encontrou o seu líder forte e fez-se maoísta. A descolonização avançava rápido, tanto que, em 1980, eram cerca de 150 os Estados independentes. E, apesar desse aumento notável em meio século, grande parte dos novos países permanecia sob o controle de regimes militares, teocráticos ou de partido único. Aumentava a desproporção entre nascidos cidadãos (nas democracias liberais) e nascidos servos (do governo, da religião ou do partido). Com a liberdade de uns e a obrigação de outros, a população mundial saltou para 4,4 bilhões de pessoas. Então, quando a descolonização parecia quase, quase completa e o colapso da União Soviética iminente, viviam em democracias plenas aproximadamente 30% dos nascidos; em regimes híbridos, 37%; e em ditaduras, 33%. Irrefutável no final dos anos 80, o mundo caminhava para mais direitos e liberdade – críamos.

Comparados a um ou dois séculos atrás, somos mais livres, mas a tendência mudou.

Na virada para o século XXI, estavam independentes 189 Estados. Entre os cerca de seis bilhões de pessoas no planeta, 39% viviam em países livres e 35,5%, em autocracias. A partir da década de 1960, nas economias mais ricas, mais livres, as mulheres quiseram menos filhos. Desde então, a cada década, contam-se menos nascimentos nesses lugares. A China também quis menos bocas e, por 35 anos, puniu as famílias que gerassem mais de um descendente. Hoje nascem mais filhos na África e no sul e sudeste asiáticos. Já passamos dos 8,1 bilhões de habitantes vivendo em 193 Estados independentes (membros

da ONU), nove com reconhecimento limitado ou estatutos especiais (Taiwan, Palestina, Kosovo, Somalilândia...) e 17 colônias remanescentes (ilhas Malvinas, Gibraltar, Bermudas...). Porém, ao examinar no gráfico o ano de 2024, em apenas duas décadas, parece que algo deu muito errado: retrocedemos para 13% da população a viver em democracias liberais; 16% em democracias eleitorais, mas não plenas; 46% em países com eleições, mas sem liberdade; e 27% em autocracias fechadas. Comparados a um ou dois séculos atrás, somos mais livres, mas a tendência mudou.

Expectativa de vida

A expectativa de vida periódica é o número de anos que uma pessoa média nascida em um determinado ano viveria se tivesse as mesmas condições

Riley (2005); Zijdeman et al. (2015); HMD (2025); UN WPP (2024)

- with major processing by Our World in Data

Paralelamente, a expectativa de vida global quase dobrou em um século. Por volta de 1900, as pessoas viviam até a casa dos trinta e poucos anos. Em 1950, a média avançou para 45. Já em 2023, saltou para 73 anos. A queda acentuada da mortalidade infantil é ainda mais impressionante. Ao longo de todo o século XIX e até o início do século XX, em todo o mundo, morriam algo como 44 crianças para cada grupo de 100 com até cinco anos de idade. Em meados do século passado, essa proporção caiu para 21 mortes; e despencou para 3,7 em 2021. Outro exemplo: segundo a *Global Health Estimates* (OMS, 2023), há 200 anos, as doenças, sobretudo as infecciosas, eram responsáveis por algo entre 70% e 80% dos óbitos. As mortes violentas – conflitos, catástrofes, suicídios, acidentes – respondiam por, no máximo, 10%. E as complicações relacionadas à desnutrição matavam entre 10% e 20%. Neste século, entre 90% e 95% das mortes são causadas por doenças não transmissíveis. Morremos do coração, de AVC, cânceros, diabetes, Alzheimer... Por causas violentas, são menos de 8%. E menos ainda, 2%, são os óbitos causados por desnutrição severa. Segundo a OMS, hoje, morremos mais de doenças causadas pelo excesso do que pela falta de calorias.

Distribuição da população entre diferentes linhas de pobreza

Esses dados são ajustados pela inflação e pelas diferenças no custo de vida entre os países. Os dados posteriores a 1981 referem-se à renda familiar ou pesquisas de consumo compiladas pelo Banco Mundial; antes de 1981, baseia-se em reconstruções históricas do PIB per capita e dados sobre desigualdade.

Michalis Moatsos (2022); Michalis Moatsos (2021)

- with major processing by Our World in Data

Além do evidente progresso na saúde – com o incremento dos antibióticos e das vacinas –, é no combate à pobreza extrema que a humanidade avançou extraordinariamente. Segundo Max Roser, em *Extreme poverty: How far have we come, and how far do we still have to go?* (Our World in Data, 2023), há 200 anos, 80% da população mundial vivia na mais absoluta miséria. Já nos anos 1900, em meio à segunda fase da Revolução Industrial, esse percentual era de 65%. Em 1950, renascendo dos escombros da Segunda Guerra Mundial, viviam na miséria absoluta 53% das pessoas. Em 1980, prelúdio das desregulamentações, da internacionalização das produções, dos bens e dos mercados, do neoliberalismo como ideologia econômica dominante no Ocidente, com Margaret Thatcher ainda fresca na 10 Downing Street e às vésperas de Ronald Reagan estrear na Casa Branca, e das reformas liberalizantes de Deng Xiaoping na China e, passo seguinte, da tentativa de reestruturação econômica de Mikhail Gorbachov na URSS, a pobreza extrema havia sofrido uma queda considerável, mas ainda fazia parte do cotidiano de 46% da população. Então, com o capitalismo de Estado chinês e a derrocada soviética, proclamado o «fim da história», esperava-se um período de prosperidade, livre comércio e disseminação das democracias liberais. Havia esperança, eu lembro. Mas não para todos. Em 1990, no mundo inteiro, 36% das pessoas continuavam a passar fome. Avancemos.

Em 1990, no mundo inteiro, 36% das pessoas continuavam a passar fome.

Lembro-me de Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schröder e, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e em Portugal, António Guterres, herdeiros de Bernstein e de Keynes⁵, empurrados pelo consistente sucesso econômico do multilateralismo em curso – este em que ainda vamos? –, anunciarem uma «Terceira Via» num esforço de conciliação entre Estado de Bem-Estar Social, livre mercado e responsabilidade fiscal; ponto de inflexão da esquerda moderada. A expansão da economia via globalização prometia reduzir a pobreza. E cumpriu.

Proporção da população vivendo em extrema pobreza

A pobreza extrema é definida como viver abaixo da Linha Internacional de Pobreza de US\$ 3 por dia.

Esses dados são ajustados pela inflação e pelas diferenças no custo de vida entre os países.

World Bank Poverty and Inequality Platform (2025)

– processed by Our World in Data

Derrubadas as barreiras; mesclados os nossos mercados, empresas e tecnologias; mexidas as nossas gentes; misturadas as nossas moedas; interdependentes as nossas economias; transferida boa parte da produção dos países ricos, com mão de obra mais cara e legislações mais exigentes, para os pobres (livres ou não), com leis trabalhistas e ambientais ainda frouxas e custo operacional muito mais baixo, ao todo, no planeta, cerca de um bilhão e meio (1.500.000.000) de miseráveis saíram da indigência – o número é do Banco Mundial⁶.

Com a pandemia de COVID-19, oscilaram os indicadores de expectativa de vida, educação e desigualdade – quedas abruptas, seguidas de recuperações graduais. Porém, alguns desses impactos ainda serão sentidos por anos: 1,6 bilhões de estudantes ficaram sem aulas em todo o mundo; até o final de 2022, nos países de baixa e média renda, 70% das crianças com até 10 anos não conseguiam ler e entender textos simples; milhões ainda não haviam retornado às escolas e perderão anos na vida. Negócios faliram, poupanças sumiram: em 2024, inúmeras pessoas estavam ainda mais pobres do que estiveram em 2019. A pobreza extrema regrediu de 10,8%, em 2019, para 11,4%, em 2020, e se recuperou em 2024, passando para 10,3% da humanidade.

Há décadas amplia-se o fosso entre os muito ricos e o resto da população nas maiores economias; agrava-se a crise climática; cresce o poder das *big techs*; propaga-se o vírus autoritário.

Ainda assim, os indicadores demográficos, de saúde, educação, renda e liberdade política são bastante eloquentes ao mostrar o quanto evoluímos. Não quero dizer com isso que vivamos uma utopia: cerca de 800 milhões de pessoas ainda vivem no limiar da extrema pobreza (Banco Mundial, 2024); segundo o Índice de Paz Global (IPG) de 2025, as condições que precedem as grandes guerras estão nos níveis mais altos desde 1945, e, em 2024, foram mortas 152 mil pessoas e mais de 1,7 milhões deslocadas, vítimas de conflitos; assistimos ao que se passa em Gaza e na Ucrânia, sabemos menos dos flagelos no Sudão, no Congo ou na Somália; há décadas amplia-se o fosso entre os muito ricos e o resto da população nas maiores economias; agrava-se a crise climática; cresce o poder das *big techs*; propaga-se o vírus autoritário.

Os desafios são imensos. No entanto, com ciclos de avanço e retrocesso, muito mais lentamente do que desejamos, estamos progredindo. Olhando em perspectiva, nunca vivemos melhor no planeta. Ainda assim, parece, estamos dispostos a arriscar parte dessas conquistas por [uma ideia caduca de pátria e identidade](#). Não há um qualquer passado glorioso para o qual devamos querer voltar. Esse passado nunca existiu – não para a expressiva maioria de nós.

Notas:

1- Oded Galor (1953) é economista israelense-americano e professor da Brown University, principal formulador da chamada «teoria unificada do crescimento», que combina biologia, história e economia para explicar como fatores pré-históricos e históricos moldaram o desenvolvimento econômico, a divisão do trabalho e as desigualdades de renda entre homens e mulheres, grupos sociais e países, da longa estagnação malthusiana à Revolução Industrial e às transformações tecnológicas e institucionais posteriores.

2- A Primavera dos Povos foi uma onda de explosões revolucionárias de ideais liberais que estremeceram a Europa no ano de 1848. Mais nacionalistas umas, mais socialistas outras, deixaram um legado de transformações que, com os anos, muito lentamente foram sendo adotadas.

3- República de Weimar: regime democrático que governou a Alemanha de 1919 a 1933, assim chamada porque a assembleia que adotou a sua constituição se reuniu em Weimar de 6 de fevereiro a 11 de agosto de 1919 (Encyclopedia Britannica).

4- As Guerras do Ópio (1839-1842; 1856-1860) opuseram o Império Qing ao Reino Unido, primeiro, e, depois, também à França. Tiveram origem no esforço da China de reprimir o consumo e o comércio de ópio no país, em oposição aos interesses britânicos de vender a droga produzida na Índia, então o maior ativo inglês na Ásia. As derrotas chinesas resultaram em tratados considerados degradantes, que abriram portos, cederam Hong Kong e garantiram estatuto especial aos cidadãos das potências colonizadoras sobre as leis chinesas. Seguiram-se a expansão russa e o avanço japonês sobre territórios chineses, culminando, em 1937, na invasão em larga escala do exército japonês. Na historiografia oficial chinesa, o período entre 1839 e 1949 é conhecido como «Século de Humilhação Nacional», encerrado simbolicamente com a vitória comunista na guerra civil, a ascensão de Mao Zedong, o “Grande Timoneiro”, e a consolidação da República Popular da China.

5- Eduard Bernstein (1850-1932), perseguido pelo governo de Bismarck por sua participação no movimento socialista, viveu duas décadas no exílio. Quando em Londres, tornou-se amigo e colaborador direto de Engels. Ao mesmo tempo, aproximou-se do sindicalismo e do socialismo britânico, fundado no pragmatismo político e econômico. Esta vivência moldou a sua transição política e intelectual, tornando-o revisor crítico do pensamento de Marx e defensor do reformismo evolucionista, que rejeita a perspectiva revolucionária e a teoria do colapso do capitalismo. Tornou-se porta-voz do revisionismo teórico no interior da social-democracia e foi um dos líderes mais proeminentes do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) entre o final do século XIX e início do século XX.

John Maynard Keynes (1883-1946) provavelmente foi o economista mais influente do século XX. Esteve do lado britânico nas negociações do Tratado de Versalhes, do qual foi crítico mordaz. Em 1919, publicou o livro *The Economic Consequences of the Peace*, no qual alertava para o colapso econômico da Alemanha caso fossem mantidos os termos de indenização do acordo. O livro alcançou grande repercussão na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas foi em 1936, com *The General Theory*

of Employment, Interest and Money, no qual apresentava uma resposta à depressão global desencadeada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que o economista alcançou protagonismo acadêmico e conquistou corações na política. Keynes opôs-se ao *laissez-faire* econômico, visão segundo a qual os mercados se autorregulam e são autossuficientes para evitar crises. Em contraponto, propôs a intervenção pontual do Estado para conter os excessos da autorregulação e uma política orçamental anticíclica, com maior investimento público nas crises para gerar empregos e consumo, e poupança nos anos de bonança para controle da inflação.

6- Estimativas baseadas nas séries de pobreza extrema do Banco Mundial (Poverty and Inequality Platform), atualizadas em junho de 2025. Considera-se pobreza extrema o rendimento inferior a US\$ 3 por dia (PPC, preços internacionais de 2021). Segundo essa atualização, havia 2,3 bilhões de pessoas em pobreza extrema em 1990 e cerca de 817 milhões em 2024 – uma redução próxima de 1,5 bilhão ao longo desta expansão econômica global. No entanto, em *Has extreme poverty really plunged since the 1980s?* (2025), Jason Hickel e colegas apontam a fragilidade dessa linha internacional de pobreza, que não leva em consideração o custo de satisfazer as necessidades básicas em contextos específicos. Ter mais de US\$ 3 em PPC não garante que uma pessoa possa arcar com os bens e serviços específicos necessários para a sobrevivência em um determinado local.